

Educação e Identidade Nacional durante o Estado Getulista

Ana Sofia Paiossin Quelhas¹
(Orientador: Vitor Ikeda²)

Resumo: O trabalho em questão discute o papel da educação na construção de uma identidade nacional no período entre 1930 e 1945 no Brasil. O esforço político da administração de Getúlio Vargas em (re)criar o nacionalismo brasileiro envolveu diversos programas governamentais, incluindo reformas no sistema de ensino. Principalmente através da Reforma Francisco de Campos, foi possível a centralização do ensino sob o controle do governo federal, permitindo a maior influência do projeto de Vargas na educação. Para mais, de forma a expandir esse domínio e promover uma unidade cultural brasileira, houve nacionalizações de escolas inseridas em núcleos estrangeiros. Assim, por meio da Reforma Capanema e da criação dos currículos de História do Brasil e Educação Moral e Cívica, se criava um cidadão alinhado com o perfil getulista: apto para servir o mercado de trabalho e um forte nacionalista que valoriza à Nação, e, por extensão, o Estado.

Palavras Chave: educação, nacionalismo, Era Vargas.

Abstract: The present article discusses the role of education in the formation of a national identity during the period between 1930 and 1945 in Brazil. The political effort to (re)create Brazilian nationalism by Getúlio Vargas' administration involved diverse government programmes, including reforms in the education system. A centralization of the management of education in the hands of the federal government was possible mainly through the Francisco de Campos Reform, allowing Vargas' project to have a greater influence on education. Furthermore, as to expand this control and promote Brazilian cultural unity, schools inserted in foreign nuclei underwent a process of nationalization. Thus, by way of the Capanema Reform and the creation of subjects Brazilian History and Moral and Civic Education, a citizen aligned with the "getulista" profile was created: capable of serving the job market and a strong nationalist who values the Nation and, by extensions, the State.

Keywords: education, nationalism, Vargas Era.

1. Plano de Investigação

Este trabalho visa analisar historicamente o sistema educacional brasileiro entre 1930 e 1945, com foco nas características pertinentes ao esforço político do Estado de (re)criar uma identidade nacional. Assim, se propõe a responder à questão: "Qual foi o papel da educação na formação da identidade brasileira durante o Estado Getulista?". Tal análise é conduzida através da leitura de livros e de artigos acadêmicos escritos por profissionais da historiografia, utilizando-os de forma complementar entre si (conforme indicação nos referenciais bibliográficos).

2. Identificação e avaliação das fontes de informação

"História do Brasil" (2006) do historiador e cientista político brasileiro Boris Fausto é uma obra que cobre mais de 500 anos dos mais relevantes momentos da história do Brasil. Porém, apenas o capítulo 7, "O Estado Getulista", foi utilizado para este trabalho, tendo sido essencial para introduzir e contextualizar o clima político e

¹ Aluna do Y12 (unidade Verbo Divino) da Escola Bilíngue Pueri Domus.

² Professor de História, cientista social e psicanalista. Graduado pela Universidade de São Paulo, especialista em Ensino de Filosofia pela UNIFESP e em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica. É Mestre pela Universidade de São Paulo na área de Educação, Linguagem e Psicologia.

social da Era Vargas. Essa perspectiva de uma análise ampla oferece uma dimensão histórica para o artigo, ao mesmo tempo em que é insuficiente por si só para responder a pergunta de pesquisa. O livro não possui foco na educação e muito menos pretende conectá-la à identidade nacional, sendo sua principal limitação em vista do objetivo do presente trabalho.

O artigo “Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas” (ABUD, 1999) discorre sobre os objetivos de fortalecimento do sentimento nacional da disciplina de História criada no Estado Getulista, por meio da promoção de uma unidade territorial, administrativa e cultural brasileira. O artigo trata quase exclusivamente de tal disciplina e, portanto, só foi utilizado na seção referente a esse tópico neste trabalho. Além disso, Abud faz uma abordagem que tem como principal interesse as representações dos portugueses, indígenas e africanos escravizados no ensino de história no período alvo. Contudo, essa interpretação não é o intuito do presente artigo e, portanto, não foi aplicada na argumentação.

“A Educação como Projeto Estatal - A (Re)Construção da Identidade Nacional na Era Vargas (1930-1945): Práticas e Rituais Cívicos” (ARAÚJO; MORAIS, 2015) tem como enfoque o uso da educação como ferramenta política para os objetivos do Estado, uma proposta bastante similar a este trabalho. O diferencial deste artigo é a conexão constantemente sendo traçada entre as mudanças na instituição de ensino e a construção da nacionalidade. Sua única limitação para o propósito deste trabalho é que ele apenas tangencia superficialmente o papel da disciplina de História; isso é remediado pelo uso da escrita de Abud (1999) que, como já mencionado, favorece essa abordagem.

Por fim, “A Educação no Projeto Nacionalista do Primeiro Governo Vargas (1930-1945)” (BRITO, 2006) trata não só da educação como instrumento de Vargas para imprimir o nacionalismo na população brasileira, mas também traz um panorama sintético do desenvolvimento da sociedade capitalista nessa época. Este artigo foi mais útil para o entendimento de tais reformas, porém com menor aproveitamento que o artigo mencionado anteriormente sobre a compreensão da relação destas com a identidade nacional.

3. Argumentação

A primeira metade do século XX foi marcada pelo enfraquecimento da democracia no cenário internacional. A crise de 1929 atingiu profundamente a maior potência democrática do mundo – os Estados Unidos da América – e teve repercussões mundiais, especialmente na Europa industrializada e na América Latina exportadora de *commodities*. Neste momento, havia poucas democracias liberais ainda presentes na Europa, estando repleta de ditaduras como, por exemplo, o Estado de Mussolini na Itália e a Alemanha nazista de Hitler (NAPOLITANO, 2020). Este contexto abriu espaço e popularizou pensamentos e ideologias antidemocráticas, que viriam a inspirar ideólogos autoritários em posições de poder pelo mundo, como, por exemplo, no caso do Brasil, Francisco de Campos – o Ministro da Justiça e Ministro da Educação e Saúde Pública durante a Era Vargas (1930 - 1945).

Para mais, desde as últimas décadas do século XIX, os Estados Unidos já possuíam políticas externas de cunho imperialista. Quando essas políticas passam a ser direcionadas à América Latina, os países reagem, rejeitando o modelo europeu e norte-americano e intensificando o nacionalismo político e cultural. Esse anti-imperialismo se encontra em maior intensidade de propagação nas décadas de 1920 e 1930 (ARAÚJO; ALONSO, 2019).

Dessa forma, o governo de Vargas reflete o clima político de seu tempo: autoritário e nacionalista. Entre 1930 e 1945, o Brasil sofreu uma série de mudanças criadas por políticas que tinham como objetivo cultivar a identidade nacional e a centralização (ARAÚJO; MORAIS, 2015). Segundo Giacon (2011, p.1):

[a identidade nacional] É uma forma discursiva produzida em determinado contexto histórico. Se considerarmos que a identidade é um discurso, sua definição passa, então, a estar associada ao fruto do pensamento intelectual e político de cada época da história dessa comunidade.

Isto posto, vale dizer que a identidade nacional se estabelece como algo que pode ser criado e destruído no decorrer da história. O Estado Getulista é caracterizado por um projeto político que visava valorizar a “brasilidade” e (re)construir a nacionalidade.

Entre outras estratégias, a uniformização do ensino no território brasileiro e o curso de História do Brasil estipulado naquela época foram de extrema relevância para a inserção de um sentimento nacionalista na população. Nesse contexto, as mudanças no sistema educacional têm como objetivo expandir e modernizar a elite brasileira e formar cidadãos patriotas alinhados ao Estado. A criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública em 1930 é tida como o marco inicial desse esforço para centralizar a educação do país (FAUSTO, 2006). Este órgão soberano, capaz de fiscalizar o ensino e de implementar reformas educacionais nas instituições públicas e até mesmo privadas, teve importante papel em garantir a propagação e a eficácia das estratégias supracitadas.

À frente desse ministério, entre 1930 e 1934, estava Francisco de Campos, responsável por transformações no ensino secundário e no superior advindas da necessidade de fortalecer o sistema nacional de educação. Assim, foram estabelecidos a frequência obrigatória, o currículo seriado e a inspeção federal no ensino secundário dividido em dois ciclos: o fundamental com duração de 5 anos, seguido pelo complementar de 2 anos – mandatório para cursar o ensino superior (ARAÚJO, MORAIS, 2015). Ademais, a chamada Reforma Francisco de Campos também determinava que os cursos e metodologias seriam produzidos pelo Ministério e não pelo governo de cada região. Dessa forma, contribuiu, com ajuda das fiscalizações, para a centralização do ensino secundário (ABUD, 1999). As mudanças feitas nessa área visavam instalar efetivamente a instituição escolar brasileira, estimulando o ingresso no sistema e buscando relativa padronização na extensão do território.

Já as reformas no ensino superior buscaram criar condições para o surgimento de universidades voltadas ao ensino e à pesquisa (FAUSTO, 2006). No entanto, tiveram maior foco na questão da qualificação e amplificação da elite intelectual, haja vista que esse nível de graduação era inacessível à maior parte da população.

Em seguida, entre 1934 e 1945, o ministro da educação passou a ser Gustavo Capanema que, através das Leis Orgânicas do Ensino, realizou uma série de reformas no ensino público. Dentre elas, destaca-se a implementação de um ensino “profissionalizante”, isto é, que tinha como objetivo direcionar a classe trabalhadora a um rumo técnico através de um ensino especializado na área industrial, agrícola ou comercial (BRITO, 2006). Essa organização foi feita em sintonia com as demandas da nova ordenação jurídica e administrativa (ARAÚJO; MORAIS, 2015. p. 63):

A educação passou a ter um caráter no qual o indivíduo deveria se enquadrar de acordo com sua característica social, sendo a elite pensante destinada às grandes decisões coletivas, e do outro lado, uma grande parcela da população destinada a produzir e a atender as necessidades mercadológicas.

A Reforma Capanema estabeleceu, também, aulas de Educação Física de caráter militar administradas pelo Ministério da Guerra e educação religiosa facultativa. Quanto ao ensino superior, houve menos mudanças, mantendo o foco no enrijecimento do sistema universitário e no aumento da inspeção federal (BRITO, 2006).

Um importante decreto feito durante esse período (1934-1945) - mas não restrito a esse tempo - foi o Decreto nº 406, de 4 de maio de 1938. Ele introduziu novos currículos, com destaque para a História do Brasil e a Educação Moral e Cívica, disciplinas que deveriam ser reforçadas pelo uso de símbolos nacionais, incentivo ao patriotismo e comemorações cívicas (BRITO, 2006). No projeto de educação voltado para as necessidades da nação tornava-se imprescindível esse formato de currículo, porque seria ele o responsável pela formação do “novo indivíduo”, ensinando-o seus deveres como cidadão brasileiro e condicionando-o a reconhecer em seus iguais um sentimento coletivo de pertencimento, de orgulho da pátria e do Estado (ARAÚJO; MORAIS, 2015).

Vale ressaltar o papel da disciplina de História neste processo, sempre considerada essencial para a formação do cidadão. Após a Revolução Francesa, a França se encontrava em um processo de reconstrução de sua sociedade e, com ela, da identidade nacional. Conforme um dos maiores historiadores desse período, François Furet, a disciplina da História serviria para proporcionar um entendimento do passado do país e da sua evolução, provendo aos franceses “uma série de figuras em que investem mais facilmente um consenso coletivo” (FURET, 1990, p. 133). Sendo, assim, configura-se como uma ferramenta que estabelece bases comuns entre aqueles que dividem o mesmo passado, cabendo aos poderes hegemônicos a seleção da “história a ser ensinada”, de acordo com os seus interesses. Dessa forma, a disciplina se desenvolveu com o objetivo de fortalecer a Nação e, por extensão, o Estado – sua manifestação física (FURET, 1990).

Apesar de Furet se referir à França do século XIX, sua análise é aplicável ao contexto do Brasil no século XX. A disciplina de História, como ferramenta, se faz possível no Estado Getulista devido às reformas feitas às instituições públicas de ensino, responsáveis pela centralização do controle dos cursos e metodologias, juntamente com a sua fiscalização federal. Segundo Abud (1999, p. 106):

Os programas de ensino de História continham elementos fundamentais para a formação que se pretendia dar ao educando, no sentido de levá-lo a compreender a continuidade histórica do povo brasileiro, compreensão esta que seria a base do patriotismo.

Além disso, a construção de figuras heroicas na história brasileira – como Tiradentes³ e os bandeirantes⁴, por exemplo – também forjava um sentimento de

³ Tiradentes foi um dos conspiradores da Inconfidência Mineira, assassinado pela repressão do governo. Durante todo o período monárquico, o sujeito não possuía relevância alguma, mas, com a conquista da República, foi forjada sua identidade heroica. Isso se deve ao projeto político que tinha como objetivo constituir um ídolo republicano para conquistar apoio popular ao regime. Os primeiros quadros a

orgulho coletivo na população. Estes indivíduos eram personagens com narrativas romantizadas, com contribuições à nação exacerbadas e virtudes extraordinárias (bravura, inteligência, força etc.), atribuindo glória ao passado do país. A grandeza destas figuras provoca movimentações e emoções nacionalistas, como homenagens, comemorações cívicas e datas simbólicas que, para além do ambiente escolar (embora fortemente influenciado por ele), consolidaram uma sensação de pertencimento e identidade do Brasil (ARAÚJO; MORAIS, 2015).

Estes projetos que buscavam a afirmação da nacionalidade brasileira encontraram alguns obstáculos, com destaque para a existência de núcleos estrangeiros no país — também chamados de “colônias”. Visando o enfrentamento dessa oposição, foi criada em 1938 a Comissão Nacional de Ensino Primário, cuja função era nacionalizar o ensino em tais núcleos. As medidas impostas para a consecução de tal objetivo foram a expansão do ensino público acompanhada pelo aumento do controle sobre o ensino particular — a ampliação da garantia de que os estudantes seriam instruídos com os cursos e metodologias estipulados pelo Estado — e a instituição do português como língua oficial, diminuindo o ensino em línguas estrangeiras (BRITO, 2006).

4. Conclusão

A educação se apresenta como uma importante ferramenta para a inserção de um sentimento nacionalista na população durante a Era Vargas. A centralização do ensino através de órgãos como o Ministério da Educação e da Saúde Pública e a inspeção federal de instituições locais promoviam a uniformização da educação pela extensão do território brasileiro e, por essa via, contribuía para evitar separatismo ou o fortalecimento dos regionalismos. A nacionalização do ensino em escolas inseridas em núcleos estrangeiros no país também corroborava para este objetivo, fortalecendo, dessa forma, a unidade territorial ao mesmo tempo em que procurava promover uma unidade cultural do povo brasileiro.

Além disso, o ensino profissionalizante — vigorado na Reforma Capanema — e a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica instaurados na educação pública serviram para moldar o cidadão ideal aos olhos do Estado Getulista: apto para atender as necessidades do mercado e com forte patriotismo associado à valorização da Nação e, por extensão, do governo. Por sua vez, a disciplina de História, tal como foi proposta, também exerce uma função bastante relevante por unir a população e fazê-la sentir orgulho do país e de seu passado. Isso é feito através da criação de uma “colcha de retalhos” da história brasileira pela seleção de alguns fatos históricos a serem ensinados e pela composição idealizada de figuras heroicas, de forma a retratar um passado único e glorioso.

De modo geral, apesar de se apoiar em referências confiáveis e relevantes, este trabalho possui limitações. Possivelmente a principal delas é a impossibilidade de mensurar a real contribuição da educação para a formação da identidade nacional, haja

representarem essa figura datam justamente do início da República, com rostos imaginários já que não havia uma descrição fisionômica do inconfidente (WESTIN, 2022).

⁴ Os bandeirantes, conhecidos por desbravarem o interior brasileiro e expandir o território e as riquezas paulistas, foram enaltecidos e tiveram seus legados imortalizados, principalmente em São Paulo — enormes estátuas construídas, ruas e estradas nomeadas em homenagem a esses personagens. Eles foram estabelecidos como heróis no início do século XIX para fortalecer o poder político do estado de São Paulo perante o restante do país. Porém, pouco se falou das violências praticadas por esses indivíduos, como estupros e expedições dedicadas à escravização e extermínio de negros e indígenas (Redação National Geographic Brasil, 2023).

vista que este é um conceito subjetivo e de difícil determinação. Este problema é frequentemente enfrentado por estudiosos das ciências sociais.

Referências

ABUD, Katia Maria. “Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas”. **Revista Brasileira de História** [online], São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200006>>. Acesso em: 29 out. 2022.

ARAUJO, Rafael Pinheiro de; ALONSO, Rafael Affonso de Miranda. “As Relações entre Estados Unidos e América Latina (1889-1930): da Primeira Conferência Pan-Americana ao Anti-Imperialismo Latino-Americano”. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 025, p. 135-160, 2019. Disponível em: <<https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3060>>. Acesso em: 29 out. 2022.

ARAÚJO, Carla Camila M. V. de; MORAIS, Cleidiane da Silva. A Educação como Projeto Estatal - A (Re) Construção da Identidade Nacional na Era Vargas (1930-1945): Práticas e Rituais Cívicos. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, Fortaleza, v. 3, n. 04, p. 54-68, 2015. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7598>>. Acesso em: 29 out. 2022.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. “A Educação no Projeto Nacionalista do Primeiro Governo Vargas (1930-1945)”. HISTEDBR, Campinas, 2006. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Silvia_H_A_de_Brito_artigo.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.

FAUSTO, Boris. “O Estado Getulista” In FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed., 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FURET, François. **A Oficina da História**. Trad PT. Felipe Jarro. 1 ed. Lisboa: Gradiva, 1990.

GIACON, Eliane Maria de Oliveira; GIACON, Giane Maria. “Discussões sobre o Conceito de Identidade”. **Revista Digital do Curso de Letras: UNEMAT**, Alto Araguaia, n. 12, Nov., 2011. Disponível em: <<https://revista.unemat.br/avepalavra/EDICOES/12/artigos/giacon.pdf>>. Acesso em: 29 de out. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **História Contemporânea 2: do Entreguerras à Nova Ordem Mundial**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

WESTIN, Ricardo. “Em Busca de Apoio Popular, República fez de Tiradentes Herói Nacional”. Senado Notícias: Arquivo S, 88 ed., 1 de abr. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-busca-de-apoio-popular-republica-fez-de-tiradentes-heroi-nacional>>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

Redação Nacional Geographic Brasil. “Heróis ou Vilões? No aniversário de São Paulo, Entenda Quem Foram os Bandeirantes”. National Geographic, 23 de jan. 2023. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/01/herois-ou-viloes-no-aniversario-de-sao-paulo-entenda-quem-foram-os-bandeirantes>>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

Recebido para publicação em 12-08-23; aceito em 28-08-23